

Insper Instituto de Ensino e Pesquisa
Ciências Econômicas

Antônio Vicente Fernandes de Andrade

Representação Política Feminina: Canais de Combate à Violência Contra a Mulher

São Paulo - SP
2025

Antônio Vicente Fernandes de Andrade

Representação Política Feminina: Canais de Combate à Violência Contra a Mulher

Monografia apresentada ao programa de Graduação em Economia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Insper Instituto de Ensino e Pesquisa

Ciências Econômicas

Orientador: Adriano Dutra Teixeira

São Paulo - SP

2025

Antônio Vicente Fernandes de Andrade

Representação Política Feminina: Canais de Combate à Violência Contra a Mulher/
Antônio Vicente Fernandes de Andrade. - São Paulo - SP: 2025

22 p.

: Insper Instituto de Ensino e Pesquisa
Ciências Econômicas , 2025.

Orientador: Adriano Dutra Teixeira

1. Violência Doméstica. 2. Feminicídio. 3. Política. 4. Microeconomia Aplicada. 5.
RDD.

I. Antônio Vicente Fernandes de Andrade. II. Representação Política Feminina: Canais
de Combate à Violência Contra a Mulher.

Agradecimentos

Agradeço ao Insper, instituição pela qual tenho enorme carinho, respeito e gratidão, sobretudo pelos aprendizados e pelas oportunidades que marcaram profundamente a minha formação. Agradeço especialmente à minha mãe, que, através das nossas discussões e por seus próprios interesses profissionais, plantou em mim a inquietação que originou este trabalho e despertou meu interesse pelas dinâmicas da violência doméstica e das normas sociais. Ao meu orientador, professor Adriano Dutra Teixeira, agradeço pelo interesse genuíno no projeto e pela disponibilidade constante. Agradeço, por fim, à minha parceira, Maria Eduarda, que me acompanhou durante todo esse processo e foi uma presença insubstituível, emocional, intelectual e prática, na construção deste resultado.

Resumo

Este trabalho investiga se a eleição de prefeitas reduz a violência contra mulheres no Brasil e por meio de quais mecanismos esse efeito ocorre. A estratégia empírica utiliza um delineamento de regressão em descontinuidade aplicado a eleições municipais acirradas entre 2008 e 2020, permitindo identificar efeitos causais da presença feminina no Executivo. Os resultados mostram que prefeitas diminuem de forma estatisticamente significativa homicídios domésticos de mulheres, agressões/ameaças e violência psicológica. Em contraste, os canais institucionais analisados, como gastos, encaminhamentos à rede de proteção e presença de agentes comunitários, exibem efeitos fracos ou inconsistentes, sugerindo ausência de um padrão uniforme de políticas adotadas. Esse descompasso entre efeitos robustos nos desfechos e efeitos limitados nos canais reforça a hipótese econômica derivada de [Bursztyn, Egorov e Fiorin \(2017\)](#): a eleição de uma mulher funciona como um choque de normas sociais, atualizando crenças locais sobre o que é socialmente aceitável e aumentando a desutilidade associada ao comportamento violento. Assim, temos indícios de que prefeitas impactam a violência de gênero pela reconfiguração simbólica das normas que moldam o comportamento dos potenciais agressores.

Palavras-chave: Violência Doméstica, Feminicídio, Representação Política, Normas Sociais, RDD.

Abstract

This study investigates whether the election of female mayors reduces violence against women in Brazil and through which mechanisms this effect occurs. The empirical strategy applies a regression discontinuity design to close municipal elections between 2008 and 2020, allowing for the identification of causal effects of female leadership in the executive branch. The results show that female mayors significantly decrease domestic homicides of women, threats and assaults, and psychological violence. In contrast, the institutional channels examined—such as expenditures, referrals within the protection network, and the presence of community health agents—display weak or inconsistent effects, suggesting the absence of a uniform pattern of policy implementation. This mismatch between robust effects on outcomes and limited effects on observable channels reinforces the economic hypothesis derived from Bursztyn, Egorov, and Fiorin (2017): electing a woman acts as a social-norm shock, updating local beliefs about what is socially acceptable and increasing the disutility associated with violent behavior. Thus, the findings indicate that female mayors influence gender-based violence primarily through the symbolic reconfiguration of norms that shape the behavior of potential aggressors.

Keywords: Domestic Violence, Feminicide, Political Representation, Social Norms, RDD.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	7
2	REVISÃO DE LITERATURA	9
2.1	Literatura Teórica	9
2.1.1	Violência Contra a Mulher	9
2.1.2	Representação Política	9
2.2	Literatura Empírica	10
3	MODELAGEM TEÓRICA	12
4	MODELAGEM EMPÍRICA	13
4.1	Estratégia de Identificação: RDD em Close Elections	13
4.2	Especificação Econométrica	13
4.2.1	Hipóteses de Identificação	14
4.2.2	Críticas e validade no contexto brasileiro	15
5	DADOS	16
5.1	Desfechos	16
5.2	Canais	17
6	RESULTADOS	18
7	CONCLUSÃO	21
	REFERÊNCIAS	22

1 Introdução

A violência contra a mulher é um problema global de proporções alarmantes. De acordo com a [World Health Organization \(2024\)](#), uma em cada três mulheres já foi vítima de violência física ou sexual por um parceiro íntimo ao longo da vida.

No contexto brasileiro, o [Anuário Brasileiro de Segurança \(2024\)](#) escancara a gravidade do problema, dado que, em 2024, todas as formas de violência contra a mulher aumentaram. Dentre as formas mais extremas dessa violência, está o feminicídio, que é o assassinato de uma mulher motivado por sua condição de gênero. Tipificado no Brasil pela Lei nº 13.104/2015 como circunstância qualificadora do homicídio, o feminicídio ocorre, principalmente, em contextos de violência doméstica e familiar, ou quando há menosprezo ou discriminação à condição feminina. Além disso, o país registrou uma média de 4 mulheres assassinadas por dia. A maioria dessas vítimas, tinha entre 18 e 44 anos (71,1%), foram assassinadas dentro da própria residência (64,3%) e, em 90% dos casos, o crime foi cometido por homens, sendo que 84% dos feminicídios foram praticados por ex ou atuais parceiros íntimos dessas mulheres.

Diante desse contexto, ganha força o debate sobre o papel da representação política feminina na transformação dessa realidade. Há uma literatura crescente que investiga os efeitos da representação feminina em diferentes esferas da política pública. [Beaman et al. \(2012\)](#), em um experimento natural na Índia, mostram que a presença de lideranças femininas nas aldeias não apenas alterou investimentos públicos, mas também teve efeitos observáveis de longo prazo sobre as aspirações de meninas e suas famílias, levando a ganhos educacionais significativos. Além disso [Hessami e Fonseca \(2020\)](#) mostram que, em geral, mulheres eleitas tendem a ter preferências políticas mais voltadas para o bem-estar social, priorizando áreas como saúde, educação e políticas de enfrentamento à violência. No contexto brasileiro, [Bochenkova, Buonanno e Galletta \(2023\)](#) demonstram que prefeitas reduzem significativamente os casos de violência contra a mulher, especialmente nos casos de violência doméstica e sexual. Esses achados são reforçados por [Brollo e Troiano \(2016\)](#), que mostram que prefeitas também apresentam menores níveis de corrupção e práticas clientelistas, e [Bruce et al. \(2022\)](#), que mostrou que, ao longo da pandemia, as prefeitas foram muito mais eficientes que os prefeitos, fomentando menores índices de hospitalizações e mortes. Em conjunto, essas evidências sugerem que a eleição de mulheres pode promover mudanças substanciais nas prioridades de governo e na efetividade da gestão pública, especialmente em áreas sensíveis ao bem-estar da população, como saúde, educação e enfrentamento à violência.

Embora a literatura sobre representação política feminina tenha avançado significativamente na identificação de efeitos associados à eleição de mulheres, ainda há uma lacuna importante no entendimento dos caminhos concretos por meio dos quais essas lideranças geram

impacto. Grande parte dos estudos foca na correlação entre prefeitas eleitas e melhorias em indicadores sociais, mas pouco se sabe sobre os mecanismos específicos que sustentam esses efeitos. Essa ausência de detalhamento dificulta a formulação de políticas públicas e o reconhecimento das estratégias que possam ser empregadas para mobilizar mudanças nesse cenário.

Este trabalho busca justamente preencher essa lacuna ao explorar os canais institucionais, administrativos e políticos por meio dos quais gestoras municipais atuaram no enfrentamento da violência de gênero, com foco em níveis de investimento, encaminhamento para abrigos e DEAMs e a rede de atuação de agentes comunitários.

Para tanto, será necessário isolar os casos em que o gênero de um candidato não foi a razão pela qual aquele sujeito foi, ou não, eleito. Adota-se, portanto, um delineamento quase-experimental, com a aplicação da metodologia de regressão em descontinuidade na margem de vitória das candidatas mulheres em eleições de gêneros mistos. Essa abordagem permite identificar um intervalo no qual os municípios de prefeitos de diferentes sexos são comparáveis. Nos possibilitando estimar o efeito de ter uma mulher como prefeita na implementação de políticas e medidas para combater a violência doméstica.

2 Revisão de Literatura

2.1 Literatura Teórica

2.1.1 Violência Contra a Mulher

A perspectiva teórica de [Farmer e Tiefenthaler \(1997\)](#) traz uma leitura econômica bastante realista da violência doméstica, sobretudo em contextos sociais mais retrógrados, mas ainda muito presentes na sociedade. Em vez de assumir que o lar é um espaço de cooperação altruísta entre os parceiros, os autores tratam a relação como uma negociação desigual, em que a mulher aceita certo nível de violência em troca de segurança econômica. O ponto central do modelo é o poder de barganha da mulher: quanto mais recursos ela tiver seja renda própria, apoio de redes externas, acesso a políticas públicas como abrigos ou benefícios, menor a violência que ela tende a tolerar. Isso porque o agressor precisa “oferecer” uma relação menos violenta para que ela não decida sair, isto é, a utilidade dela no casamento tem que superar a utilidade dela solteira. Desse modo, políticas que aumentam a autonomia e ampliam as alternativas fora do relacionamento têm um papel direto na redução da violência de gênero, ao aumentar a rede de apoio da mulher.

Já a teoria de identidade de [Akerlof e Kranton \(2000\)](#) ajuda a entender por que essas mudanças nem sempre são simples. Os autores mostram que nosso comportamento é guiado pelas identidades que assumimos, como ser “homem” ou “mulher”, e pelas normas que vêm com essas categorias. Isso significa que, em muitos contextos, a violência pode ser um comportamento que reforça uma ideia distorcida de masculinidade, enquanto a tolerância ao abuso pode estar ligada a uma identidade feminina tradicional que valoriza submissão e silêncio. Nesse cenário, eleger mulheres para cargos de poder, como prefeituras, pode ter um impacto que vai além das políticas implementadas. A presença feminina na liderança também atua no campo simbólico, ajudando a redesenhar o que é considerado aceitável nas relações de gênero.

2.1.2 Representação Política

O modelo teórico proposto por [Bursztyn, Egorov e Fiorin \(2017\)](#) contribui para entender como normas sociais podem mudar rapidamente diante de choques informacionais, como os resultados de uma eleição. Os autores argumentam que o comportamento público das pessoas depende da percepção sobre o que é socialmente aceitável. Quando uma opinião antes estigmatizada passa a parecer mais comum ou socialmente aceita, os indivíduos se sentem mais à vontade para expressá-la em público. Esse processo, chamado de “desestigmatização estratégica”, mostra como certos discursos podem deixar de ser tabu e ganhar espaço no debate social, mesmo sem mudanças reais nas preferências da maioria. No contexto da representação feminina, a eleição de uma mulher pode alterar as normas sociais locais de maneira relevante. A presença de uma

prefeita torna mais legítimo e socialmente esperado o combate à violência de gênero, reforçando a percepção de que esse comportamento é valorizado pela comunidade. Diante dessa mudança de normas, potenciais agressores passam a enfrentar maior desutilidade ao não se alinhar a esse novo padrão social, o que reduz sua propensão a praticar violência. Além disso, o restante do corpo político tende a evitar criar resistência a pautas associadas à proteção das mulheres, o que facilitaria a implementação de políticas voltadas a esse objetivo. Complementar a esse efeito simbólico, está a possibilidade de mudanças concretas nas decisões políticas a partir das preferências individuais dos representantes eleitos. O modelo teórico de [Besley e Coate \(1997\)](#) busca compreender o funcionamento do poder executivo em democracias representativas, desde a decisão dos candidatos em se lançar à eleição até a formulação de políticas após sua vitória. Esse arcabouço permite entender como as características pessoais dos representantes podem influenciar diretamente as políticas adotadas. No modelo, os políticos não necessariamente seguem a vontade do eleitor mediano, mas sim suas próprias preferências, já que, uma vez eleitos, não estão sujeitos a compromissos rígidos com o eleitorado. Essa autonomia decisória abre espaço para que atributos como o gênero exerçam influência sobre as escolhas políticas. No caso de prefeitas, experiências pessoais e maior sensibilidade em relação à desigualdade de gênero podem elevar a prioridade dada a políticas de enfrentamento da violência contra a mulher, como a ampliação de redes de apoio, serviços especializados e programas de prevenção.

2.2 Literatura Empírica

A literatura empírica sobre representação política feminina tem avançado significativamente nas últimas décadas, com crescente interesse nos efeitos causais da eleição de mulheres sobre políticas públicas e indicadores sociais. Diversos estudos utilizam o delineamento de regressão em descontinuidade (RDD) em eleições municipais para isolar o impacto de prefeitas em comparação a prefeitos homens, sobretudo no contexto brasileiro, onde há grande variação regional e alta competitividade eleitoral.

[Delaporte e Pino \(2022\)](#) mostram que a eleição de mulheres para prefeituras reduz significativamente os casos de violência contra a mulher, em especial a violência doméstica, sexual e praticada por ex-parceiros. Os autores utilizam dados administrativos de notificações obrigatórias do Ministério da Saúde (SINAN) e evidenciam que os efeitos são mais intensos em municípios com maior proporção de vereadoras, sugerindo efeitos complementares da representatividade legislativa.

Durante a pandemia de COVID-19, [Bruce et al. \(2022\)](#) analisaram o desempenho de prefeitas em um cenário de crise sanitária aguda. Utilizando também uma abordagem de RDD, os autores identificam que municípios liderados por mulheres apresentaram menores taxas de hospitalização e mortalidade por COVID-19, além de maior adesão a medidas não farmacológicas, como uso obrigatório de máscaras e restrições a aglomerações. Esses efeitos foram mais

pronunciados em áreas com maior apoio ao então presidente Jair Bolsonaro, que não apenas desestimulava o uso de máscaras e o distanciamento social, como também promovia ativamente discursos negacionistas, desacreditando vacinas e sabotando as intervenções não farmacológicas em meio a uma crise sanitária sem precedentes. Isso indica, portanto, que as prefeitas foram mais eficazes em resistir a pressões políticas e preservar medidas de saúde pública.

No campo da governança local, [Brollo e Troiano \(2016\)](#) demonstram que prefeitas são menos propensas à corrupção, contratam menos funcionários temporários em ano eleitoral e recebem menos doações de campanha. Esses achados sugerem um padrão de gestão menos clientelista e mais orientado a resultados. Embora os autores não tenham investigado diretamente a relação entre prefeitas e políticas de enfrentamento à violência, os resultados indicam que a presença feminina pode alterar a lógica da alocação de recursos e a condução da máquina pública.

Apesar desses avanços, a literatura ainda carece de uma análise sistemática sobre os canais concretos por meio dos quais prefeitas influenciam os indicadores de violência de gênero. A maioria dos trabalhos foca nos efeitos finais, mas não se aprofunda na trajetória causal, isto é, nas decisões orçamentárias, nos programas específicos implementados e nas instituições mobilizadas. Há uma lacuna importante sobre como prefeitas utilizam instrumentos como casas de acolhimento, delegacias especializadas, órgãos de políticas para mulheres, conselhos de direitos e fundos municipais de segurança para enfrentar a violência. O presente trabalho busca preencher essa lacuna, investigando não apenas se prefeitas reduzem a violência de gênero, mas como o fazem.

3 Modelagem Teórica

Para explorar essa questão, o modelo de [Bursztyn, Egorov e Fiorin \(2017\)](#) oferece uma maneira de compreender como normas sociais e o comportamento individual podem mudar quando novas informações, como os resultados eleitorais, alteram as crenças das pessoas. A função utilidade de um cidadão é definida por:

$$U_i(m_i) = -l_i I\{m_i \neq t_i\} + aqP(t_i = A|m_i) + a(1 - q)P(t_i = B|m_i) \quad (3.1)$$

Essa equação representa a utilidade total (U_i) que um indivíduo obtém ao expressar uma mensagem (m_i). O primeiro termo representa o custo de mentir, expresso por $-l_i I\{m_i \neq t_i\}$, onde l_i é o custo pessoal de mentir, que ocorre quando a opinião expressa (m_i) difere da crença verdadeira do indivíduo (t_i). A equação também inclui o benefício da aprovação social, que depende da percepção do indivíduo sobre qual opinião é mais socialmente aceita. O termo $aqP(t_i = A|m_i)$ reflete o benefício de alinhar-se com a crença A , onde q é a probabilidade de o indivíduo acreditar que A seja a opinião majoritária e a representa a importância dada à aprovação social. De forma semelhante, $a(1 - q)P(t_i = B|m_i)$ captura o benefício de alinhar-se com a crença B , onde $a(1 - q)$ reflete a probabilidade de que B seja a opinião dominante.

Nesse contexto, a eleição de uma prefeita pode influenciar normas sociais dentro de um município. No modelo, as eleições funcionam como um choque que atualiza as percepções das pessoas sobre o que é socialmente aceitável (q), como normas relacionadas à violência de gênero e políticas de proteção às mulheres. A eleição de uma prefeita pode sinalizar um maior apoio a normas de igualdade de gênero dentro da comunidade, aumentando q , ou seja, a probabilidade percebida de que a proteção das mulheres seja a opinião majoritária. À medida que q aumenta, as normas sociais passam a favorecer de forma mais clara o combate à violência de gênero, e os indivíduos ajustam suas ações públicas a esse novo padrão. Isso pode operar por duas vias: (i) pressiona o corpo político e burocrático a priorizar políticas de proteção e resposta, pois deixar de agir passa a gerar maior atrito social, e (ii) altera o cálculo do potencial agressor, que passa a perceber maior desaprovação social caso sua ação m_i não vá de acordo com A . Com base nesse referencial teórico, a hipótese econômica testada neste estudo é que a eleição de uma prefeita altera normas sociais locais e, com isso, reduz a violência contra a mulher, seja por mudanças institucionais na gestão, seja por ajustes no comportamento dos potenciais agressores.

4 Modelagem Empírica

4.1 Estratégia de Identificação: RDD em Close Elections

Para testar a hipótese econômica, temos que analisar se, ao longo do mandato de uma prefeita, a dimensão de políticas implementadas foi maior do que nos municípios comparáveis liderados por prefeitos homens. Para definir esses "municípios comparáveis", no entanto, será necessário identificar os casos em que os municípios são muito semelhantes em características observáveis e o gênero do prefeito não foi um fator que influenciou a sua eleição, sendo o equivalente a um tratamento exógeno, ou aleatório.

A literatura já consolidou estratégias para lidar com esse desafio de identificação. Em trabalhos como [Bochenkova, Buonanno e Galletta \(2023\)](#), [Bruce et al. \(2022\)](#), [Brollo e Troiano \(2016\)](#) e [Delaporte e Pino \(2022\)](#), o método utilizado para comparar os efeitos do gênero do gestor em diferentes desfechos foi a regressão em descontinuidade (RDD).

Essa abordagem é especialmente adequada porque explora disputas eleitorais muito acirradas, em que a diferença de votos entre o candidato vencedor e o segundo colocado é tão pequena que o resultado pode ser tratado como aleatório. Nessas condições, características individuais dos candidatos, como gênero, raça, partido ou trajetória política, não influenciam sistematicamente a vitória, criando um ambiente de quase-experimento que permite identificar de forma robusta os efeitos causais do prefeito eleito sobre os resultados de interesse.

No nosso caso, estaremos olhando para eleições municipais em que os dois primeiros colocados eram de gêneros distintos e o resultado foi definido ainda no primeiro turno. Essa restrição garante que a disputa se deu em condições comparáveis, sem as complexidades adicionais introduzidas por alianças políticas típicas de um eventual segundo turno.

4.2 Especificação Econométrica

Para implementar um modelo de regressão em descontinuidade é necessário, em primeiro lugar, definir a variável de forçamento (*running variable*). Essa variável mede a distância em relação ao ponto de corte que determina o recebimento do tratamento. No caso eleitoral, a *running variable* é a margem de votos entre a candidata mulher e o candidato homem. Esse valor pode assumir números positivos quando a candidata vence ou negativos, quando foi derrotada. O ponto de corte (*cutoff*) é fixado em uma margem de votos igual a zero, de modo que o representa justamente o ponto de tratamento. Quando o gênero do gestor vencedor muda.

Como se trata de um desenho do tipo *sharp regression discontinuity*, não é necessário modelar a probabilidade de tratamento por meio de uma variável indicadora adicional: vencer a

eleição ocorre de forma determinística quando a margem é maior ou igual a zero, e perder ocorre quando a margem é negativa. Isso simplifica a especificação, pois a atribuição do tratamento é conhecida e exata.

A especificação econométrica é representada da seguinte forma:

$$y_{t,\mu} = \beta_0 + \gamma W + f(Mv_\mu) + x_{t,\mu}^\mu + x_{t,\mu}^p + \varepsilon_{t,\mu} \quad (4.1)$$

Na equação, $y_{t,\mu}$ representa a variável dependente do modelo, que poderá assumir diferentes especificações de acordo com o desfecho analisado. O termo β_0 corresponde ao intercepto da regressão. A variável W é um indicador que assume valor 1 quando uma mulher é eleita prefeita e 0 caso contrário. O coeficiente γ é o parâmetro central da análise, captando o salto na média condicional de $y_{t,\mu}$ no ponto de corte e identificando, portanto, o efeito causal de se eleger uma prefeita sobre o desfecho considerado. Esse efeito deve ser interpretado como um *Local Average Treatment Effect* (LATE), ou seja, o efeito médio do tratamento para um dado *Bandwidth*. A função $f(Mv_\mu)$ descreve a relação contínua entre a margem de vitória Mv_μ e o desfecho. Na prática, ela ajusta a tendência suave da margem em torno de zero, garantindo que o coeficiente γ reflita apenas a descontinuidade no ponto de corte e atribua maior relevância às observações próximas a esse limiar. Os vetores $x_{t,\mu}^\mu$ e $x_{t,\mu}^p$ incluem, respectivamente, características observáveis do município e dos candidatos, incorporadas para aumentar a precisão da estimativa. Por fim, $\varepsilon_{t,\mu}$ é o termo de erro aleatório, que captura a variação não explicada pelo modelo.

4.2.1 Hipóteses de Identificação

Um dos pressupostos centrais do RDD é a hipótese de continuidade [Cunningham \(2021\)](#). Ela afirma que, na vizinhança imediata do ponto de corte, os potenciais resultados devem evoluir de forma suave. Assim, qualquer salto observado exatamente no cutoff pode ser atribuído ao tratamento, e não a fatores estruturais ou a diferenças pré-existentes entre os grupos.

Outro requisito fundamental é que o limiar de atribuição seja conhecido e não manipulável. Em eleições apertadas, o RDD assume que candidatos, partidos ou eleitores não conseguem ajustar estrategicamente a variável de corte, aqui, a margem de votos, para garantir a vitória. Como, por exemplo, obter exatamente 50,01% dos votos. Pequenas variações em torno do cutoff devem resultar de fatores essencialmente aleatórios. No contexto brasileiro, essa suposição é plausível, pois o processo eleitoral é centralizado, auditado eletronicamente e fiscalizado pela Justiça Eleitoral, reduzindo substancialmente a possibilidade de manipulação da margem de vitória.

Também é necessário dispor de observações suficientes próximas ao limiar, de modo a estimar o efeito local com precisão, sem depender de dados mais distantes que poderiam introduzir vieses. Para reforçar a validade da identificação, serão conduzidos testes de continuidade em

covariadas pré-tratamento, verificando se características estruturais dos municípios não apresentam descontinuidades no ponto de corte. Caso essas variáveis permaneçam estáveis, torna-se mais plausível atribuir ao tratamento quaisquer descontinuidades observadas nos desfechos.

4.2.2 Críticas e validade no contexto brasileiro

Um ponto importante a ser considerado diz respeito à crítica de Grimmer et al. (2011) sobre o uso de eleições acirradas como quase-experimentos. Segundo os autores, há dois problemas centrais. O primeiro é de natureza prática: é difícil obter dados suficientes exatamente no ponto de corte, o que leva muitos estudos a utilizarem *bandwidths* maiores. Isso pode introduzir viés, já que, ao se afastar do limiar, aumenta-se o risco de comparar municípios que não são tão semelhantes entre si. O segundo é de natureza teórica: existe a possibilidade de manipulação dos resultados em disputas muito apertadas, seja por meio de recursos legais, estratégias partidárias ou até fraudes, o que comprometeria a aleatoriedade esperada nessas situações.

No contexto brasileiro, no entanto, esses riscos são consideravelmente menores. O sistema eleitoral é amplamente reconhecido por sua confiabilidade, com regras unificadas em todo o território nacional, apuração eletrônica e fiscalização por parte da Justiça Eleitoral e do Ministério Público. Além disso, o país conta com mais de 5.500 municípios ao longo de diversos ciclos eleitorais, o que permite trabalhar com *bandwidths* estreitos sem comprometer o poder estatístico da análise. Por fim, variáveis como histórico de mandatos anteriores, tamanho do eleitorado e indicadores socioeconômicos dos municípios são incorporadas ao modelo como controles explícitos, o que contribui para mitigar os efeitos de desequilíbrios estruturais que poderiam comprometer a validade do desenho.

5 Dados

A análise empírica deste estudo é construída a partir da integração de diferentes bases de dados públicas, que, em conjunto, fornecem as informações necessárias para identificar o tratamento, mensurar os desfechos de interesse e controlar por características estruturais dos municípios. O período analisado compreende as eleições municipais realizadas entre 2008 e 2020, o que permite observar quatro ciclos eleitorais completos.

As informações eleitorais foram extraídas da base do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que disponibiliza resultados detalhados das eleições municipais. Esses dados incluem o total de votos recebidos por cada candidato, o número de eleitores por município e variáveis individuais como sexo, idade, escolaridade, partido patrimônio e gasto de campanha. A partir dessa base, é possível identificar as prefeitas eleitas, calcular a margem de vitória da candidata e verificar casos de reeleição.

Complementarmente, foram utilizadas informações das declarações de patrimônio dos candidatos e das prestações de contas de campanha, também disponíveis no TSE. Essas variáveis permitem capturar potenciais assimetrias relacionadas aos recursos econômicos individuais e à capacidade de financiamento das campanhas.

Para controlar por características estruturais dos municípios, foram utilizados dados do Censo Demográfico do IBGE e outras bases socioeconômicas oficiais. Entre as covariadas consideradas estão: população total e proporção da população feminina. Esses controles são incorporados ao modelo econométrico com o objetivo de ajustar para diferenças pré-existentes entre os municípios que elegeram prefeitas e aqueles que elegeram prefeitos homens, reforçando a validade do delineamento quase-experimental.

5.1 Desfechos

Os desfechos principais analisados neste estudo referem-se à violência contra mulheres em âmbito municipal. Para tanto, foram utilizadas duas bases complementares do Ministério da Saúde: o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), ambos disponibilizados pelo DATASUS.

Do SIM, foram extraídas informações sobre homicídios de mulheres, mensurados como o número de óbitos por 100 mil habitantes em cada município e mandato. Foram considerados os óbitos classificados como mortes por agressão (CID-10: X85–Y09), ocorridos em ambiente doméstico e envolvendo vítimas de 15 a 45 anos. A opção por este indicador se justifica por sua maior confiabilidade e menor grau de subnotificação em comparação a outros tipos de violência, além de refletir formas extremas de violência de gênero. A série histórica cobre o período de 2008

a 2020, permitindo a análise de tendências no tempo, antes e depois das eleições municipais.

Do SINAN, foram obtidos dados de notificações de violência contra mulheres, que abrangem diferentes formas de agressão (física, psicológica, sexual e outras) e de encaminhamentos para instituições como abrigos e DEAMs. Embora sujeitos a maior subnotificação, esses registros complementam os dados de mortalidade ao captar eventos não letais e ampliar a compreensão sobre o impacto da presença de prefeitas na incidência de violência de gênero.

5.2 Canais

Os canais institucionais e de políticas públicas voltados à proteção e promoção dos direitos das mulheres constituem elementos centrais para compreender os mecanismos por meio dos quais a presença de prefeitas pode se traduzir em resultados concretos. Um primeiro canal é dado pela alocação orçamentária, capturada pela base FINBRA (Finanças dos Municípios Brasileiros), disponibilizada pelo Tesouro Nacional, que reúne informações sobre receitas, despesas, dívida e execução orçamentária dos municípios. Essa base permite identificar se a eleição de prefeitas está associada a padrões distintos de gasto público, em especial na destinação de recursos para políticas sociais ou programas voltados às mulheres, segurança municipal e assistência social, por exemplo.

Outro canal institucional importante refere-se às Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, criadas para lidar especificamente com crimes de violência doméstica e de gênero. Essas unidades oferecem atendimento policial especializado, com protocolos adaptados e, em muitos casos, equipes compostas por mulheres treinadas para acolher as vítimas, favorecendo tanto a denúncia quanto o encaminhamento adequado dos casos.

De natureza complementar, os abrigos ou casas-abrigo desempenham papel fundamental como espaços de acolhimento para mulheres em situação de risco iminente, sobretudo aquelas ameaçadas de feminicídio ou expostas a violência doméstica severa. Esses equipamentos oferecem proteção imediata, apoio psicossocial, orientação jurídica e condições mínimas de segurança, constituindo um elo essencial da rede de enfrentamento à violência de gênero.

6 Resultados

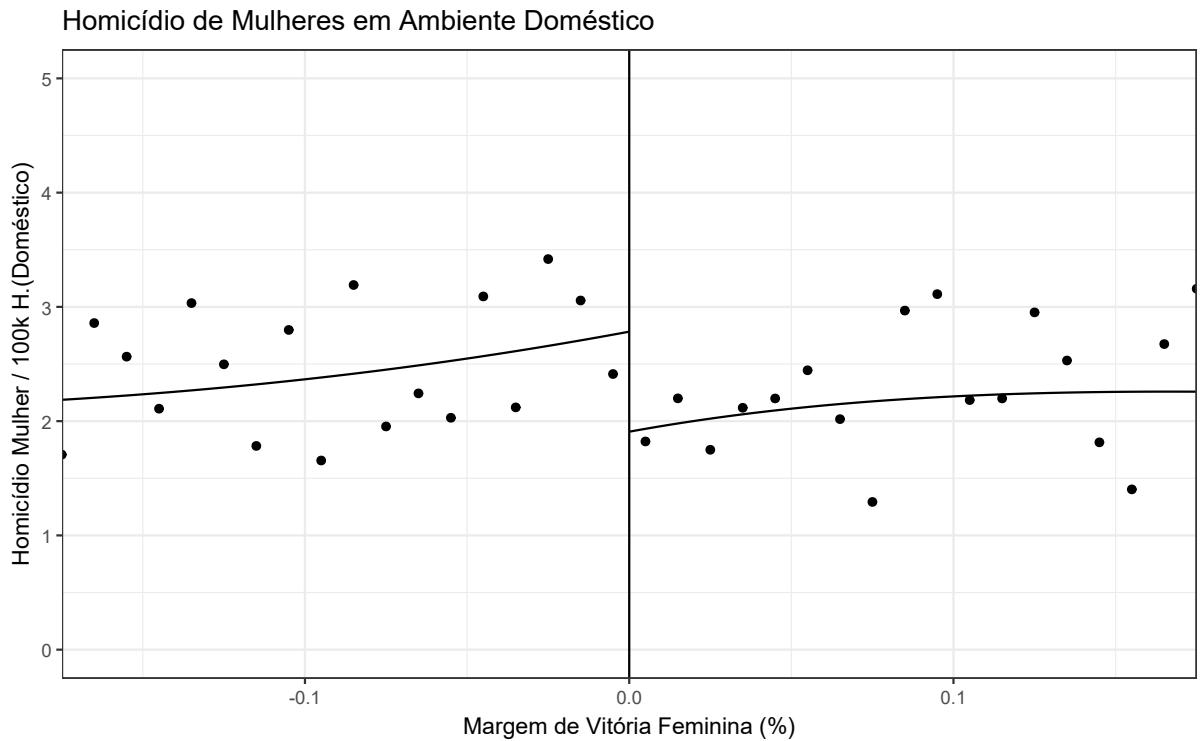


Figura 1 – Regressão em Descontinuidade

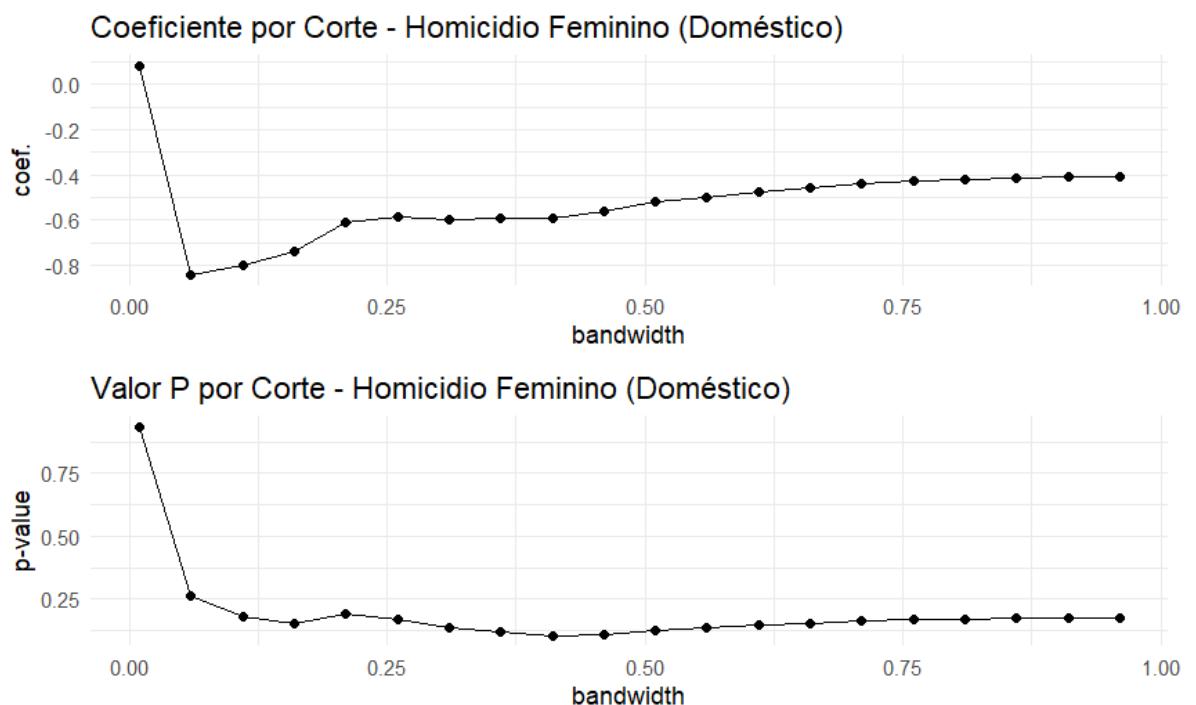


Figura 2 – Robustez: Teste de Sensibilidade

Tabela 1 – Resultados dos modelos RDD para Desfechos

	Homicídio Doméstico	Agressão/Ameaça	Violência Psicológica
Coef.	−1.062**	−20.73**	−28.9*
N obs	[1037, 849]	[915, 831]	[1081, 953]
BW	CCT (0.159)	CCT (0.125)	CCT (0.151)

Notas: Coeficientes estimados via RDD local linear. Bandwidths CCT. * $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$.

Os resultados foram organizados entre desfechos e canais. A Tabela 1 mostra que a eleição de uma prefeita reduz de forma estatisticamente significativa três indicadores de violência contra mulheres: violência psicológica, ameaça/agressão e homicídios em ambiente doméstico por 100 mil habitantes. Esses coeficientes negativos e significativos indicam que municípios onde a candidata mulher vence uma eleição acirrada tendem a apresentar menores níveis desses crimes no período subsequente.

Para avaliar a estabilidade desses resultados, foram realizados testes de sensibilidade variando a margem de vitória considerada na estimativa. A Figura 2 mostra que, à medida que o *bandwidth* (margem de vitória utilizada) se amplia, o coeficiente estimado se aproxima gradualmente de zero, como esperado quando se incluem observações mais distantes do ponto de corte. Esse padrão não indica instabilidade, mas sim o comportamento teórico normal de estimadores de RDD: quanto mais distante da quebra, maior o viés e menor a capacidade de identificar efeitos locais.

Além disso, o p-valor não apresenta saltos abruptos ou comportamento errático conforme o bandwidth muda, sinal de que os resultados não dependem de escolhas arbitrárias de margem de vitória.

Tabela 2 – Resultados dos modelos RDD para canais

	Gasto Atenção Básica	Encam. Abrigo	Encam. DEAM
Coef.	206.4*	0.298*	0.412
N obs	[797, 707]	[1149, 1033]	[1102, 959]
BW	CCT (0.161)	CCT (0.174)	CCT (0.155)
	ACS Implantado	Gasto Seg. Pública	
Coef.	0.099	−8.6	
N obs	[1075, 939]	[556, 504]	
BW	CCT (0.149)	CCT (0.115)	

Notas: Coeficientes estimados via RDD local linear. Bandwidths CCT. * $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$.

Os resultados para os canais, apresentados na Tabela 2, mostram que apenas duas variáveis apresentam efeitos estatisticamente significativos: gasto em atenção básica e encami-

nhamentos para abrigos. Os demais canais, presença de agentes comunitários de saúde, gasto em segurança pública e encaminhamentos para a DEAM, não exibem efeitos detectáveis pelo modelo.

Essa evidência permite duas possibilidades de interpretações complementares. A primeira é que prefeitas podem, de fato, atuar em prol da proteção das mulheres, mas de maneira altamente heterogênea entre municípios. É razoável supor que prefeitas de cidades pequenas e rurais do Nordeste enfrentam condições institucionais diferentes daquelas presentes em grandes centros urbanos do Sudeste. Se não existe uma estratégia comum adotada sistematicamente entre prefeitas, o estimador de RDD terá dificuldade em capturar efeitos consistentes em canais específicos, ainda que tais ações possam existir de forma dispersa.

A segunda interpretação é mais alinhada à teoria microeconômica discutida na seção de modelagem teórica, inspirada em Bursztyn et al. Nesse mecanismo, o efeito observado nos desfechos não decorre necessariamente de intervenções específicas das prefeitas, mas sim de uma atualização nas crenças e expectativas dos potenciais agressores. A eleição de uma mulher para o cargo de prefeita funciona como um choque de informação sobre normas sociais, ou seja, sinaliza que a comunidade aceita e legitima uma postura menos tolerante à violência. Diante dessa atualização de crenças, os agressores ajustam sua função de utilidade e passam a ter maior desutilidade caso não se adequem às percepções sobre as normas sociais, reduzindo sua propensão ao ato independentemente de ações formais de política pública. Essa interpretação é consistente com o padrão empírico encontrado de efeitos robustos nos desfechos, mas efeitos limitados e pouco sistemáticos nos canais mensuráveis.

7 Conclusão

Este trabalho investigou se a eleição de prefeitas reduz a violência contra mulheres e, principalmente, por meio de quais mecanismos esse efeito ocorre. A hipótese central, derivada do modelo de [Bursztyn, Egorov e Fiorin \(2017\)](#), é que eleger uma mulher funciona como um choque informacional capaz de alterar normas sociais locais, elevando a desaprovação pública da violência de gênero e aumentando a desutilidade percebida pelos potenciais agressores em se desviar desse novo padrão social percebido.

Os resultados empíricos confirmam a primeira parte dessa hipótese. Utilizando um desenho de regressão em descontinuidade em eleições acirradas, encontramos que a eleição de prefeitas reduz de maneira estatisticamente significativa três indicadores de violência contra mulheres: homicídios domésticos, agressão/ameaça e violência psicológica. Esses efeitos são robustos e seguem o comportamento esperado em testes de sensibilidade, reforçando a validade causal da estimativa.

Por outro lado, a análise dos canais institucionais mostra um quadro muito mais heterogêneo e limitado. Apenas dois mecanismos, gasto em atenção básica e encaminhamentos para abrigos, apresentam efeitos estatisticamente detectáveis. Outras variáveis relevantes, como encaminhamentos para DEAMs, presença de agentes comunitários ou gasto em segurança pública, não exibem qualquer descontinuidade após a eleição de uma prefeita.

Esse contraste entre efeitos claros nos desfechos e efeitos fracos ou inconsistentes nos canais institucionais reforça a plausibilidade da segunda parte da hipótese teórica. A redução da violência não parece depender exclusivamente de intervenções observáveis, mas sim de mudanças de norma, compatíveis com o mecanismo de “desestigmatização estratégica” descrito por [Bursztyn, Egorov e Fiorin \(2017\)](#).

Em síntese, os achados deste estudo sugerem que prefeitas reduzem a violência contra mulheres, mas que esse efeito opera principalmente via atualização de crenças e normas sociais, e não via canais institucionais homogêneos. Isso claramente não invalida o papel das políticas públicas, mas destaca que a presença feminina na liderança municipal tem efeitos simbólicos e comportamentais que vão além da alocação orçamentária ou do funcionamento da rede de proteção.

Referências

- AKERLOF, G. A.; KRANTON, R. E. Economics and identity. **The quarterly journal of economics**, MIT Press, v. 115, n. 3, p. 715–753, 2000.
- Anuário Brasileiro de Segurança. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2024**. São Paulo: FBSP, 2024. Acesso em: 29 mar. 2025. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br>>.
- BEAMAN, L. et al. Female leadership raises aspirations and educational attainment for girls: A policy experiment in india. **science**, American Association for the Advancement of Science, v. 335, n. 6068, p. 582–586, 2012.
- BESLEY, T.; COATE, S. An economic model of representative democracy. **The quarterly journal of economics**, MIT Press, v. 112, n. 1, p. 85–114, 1997.
- BOCHENKOVA, A.; BUONANNO, P.; GALLETTA, S. Fighting violence against women: The role of female political representation. **Journal of Development Economics**, Elsevier, v. 164, p. 103140, 2023.
- BROLLO, F.; TROIANO, U. What happens when a woman wins an election? evidence from close races in brazil. **Journal of Development Economics**, Elsevier, v. 122, p. 28–45, 2016.
- BRUCE, R. et al. Under pressure: Women's leadership during the covid-19 crisis. **Journal of development economics**, Elsevier, v. 154, p. 102761, 2022.
- BURSZTYN, L.; EGOROV, G.; FIORIN, S. **From extreme to mainstream: How social norms unravel**. [S.l.], 2017.
- CUNNINGHAM, S. **Causal inference: The mixtape**. [S.l.]: Yale university press, 2021.
- DELAPORTE, M.; PINO, F. J. Female political representation and violence against women: Evidence from Brazil. JSTOR, 2022.
- FARMER, A.; TIEFENTHALER, J. An economic analysis of domestic violence. **Review of social Economy**, Taylor & Francis, v. 55, n. 3, p. 337–358, 1997.
- GRIMMER, J. et al. Are close elections random? **Unpublished manuscript**, p. 1–38, 2011.
- HESSAMI, Z.; FONSECA, M. L. da. Female political representation and substantive effects on policies: A literature review. **European Journal of Political Economy**, Elsevier, v. 63, p. 101896, 2020.
- World Health Organization. **Violence against women - Key facts**. 2024. <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>>. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>>.